

Demonstrações Financeiras

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

31 de dezembro de 2016
com Relatório do Auditor Independente

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	9
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	11
Demonstração do fluxo de caixa	12
Demonstração do valor adicionado	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14



Edifício Trade Tower
Av. José de Souza Campos, 900
1º e 3º andares - Nova Campinas
13092-123 - Campinas - SP - Brasil
Tel: +55 19 3322-0500
Fax: +55 19 3322-0559
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
Salto - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Recuperabilidade do ativo intangível

A Companhia possui registrado ativo intangível referente principalmente ao direito de outorga da concessão e ao direito da exploração da infraestrutura no montante de R\$1.153.969 mil, conforme divulgado na nota 10. Devido a não realização dos volumes de tráfego previstos para o exercício, aos prejuízos acumulados e ao prejuízo apurado pela Companhia no exercício, o teste para determinação do valor recuperável do ativo intangível foi realizado pela Administração.

A recuperabilidade desse ativo é significativa para nossa auditoria devido à complexidade e à subjetividade do processo de avaliação da Administração, o qual é baseado em premissas, como a taxa de crescimento do volume de tráfego, os percentuais futuros de reajuste tarifário, a previsão de investimentos e manutenção da rodovia, os custos e as despesas operacionais previstos e a taxa de desconto dos fluxos de caixa projetados, que são afetadas pelas condições futuras esperadas de mercado ou econômicas.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação dos procedimentos de elaboração do orçamento da e das premissas dos modelos de fluxo de caixa futuros descontados da Companhia. Avaliamos a precisão do cálculo e suas principais premissas, descritas no parágrafo anterior. Envolvermos nossos especialistas em avaliação para nos auxiliar na revisão da adequação da taxa de desconto, taxa de crescimento do volume de tráfego e a taxa de crescimento das receitas, custos e despesas de longo prazo, bem como na avaliação geral do plano de negócios da Companhia. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações realizadas pela Companhia a respeito desse assunto.

Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

O ativo fiscal diferido é reconhecido para o registro de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não utilizados e diferenças temporárias, na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais tais créditos fiscais não utilizados possam ser utilizados. A Companhia possui registrado imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$119.235 mil, conforme divulgado na nota 8.

A recuperabilidade desses tributos diferidos foi considerado significativa para nossa auditoria, uma vez que o processo de estimativa de realização desses tributos é complexa e envolve a utilização de diversas premissas para se estimar o montante e o correspondente ano fiscal no qual os referidos tributos diferidos serão realizados no curso normal das operações da Companhia. Essas estimativas estão apoiadas na realização de estudos de projeção de rentabilidade futura, preparados pela Administração, os quais incluem previsões de condições futuras de mercado e de negócios, relacionados ao ambiente de negócios em que a Companhia atua.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos especialistas de impostos para análise da apuração dos tributos diferidos, o envolvimento de especialistas em modelos de valorização para nos auxiliar na revisão das premissas e metodologias utilizados pela Administração na preparação das projeções dos resultados tributáveis futuros; a avaliação da exatidão e integridade das informações utilizadas nos cálculos; revisão retrospectiva das projeções anteriores em comparação aos resultados realizados para identificar alguma potencial inconsistência no desenvolvimento futuro das estimativas; e realização de cálculo independente de sensibilidade das principais premissas utilizadas.; Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações realizadas pela Companhia a respeito desse assunto.

Capitalização de gastos no ativo intangível

Conforme divulgado na nota 10, o direito de exploração da infraestrutura prevê a obrigação de construir e o direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no Contrato de Concessão. O direito de operar a infraestrutura é representado contabilmente pelo ativo intangível da concessão.

A determinação do custo da infraestrutura é considerada significativa para a nossa auditoria, uma vez que a definição de quais gastos são elegíveis a capitalização no ativo intangível envolvem premissas, julgamentos e a manutenção de controles por parte da Administração, uma vez que essas capitalizações podem não estar de acordo com as obrigações previstas no contrato de concessão ou de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Durante o ano de 2016, a Companhia contabilizou gastos em infraestrutura no montante de R\$54.558 mil.

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, a avaliação do desenho e a eficácia dos controles internos sobre a contabilização dos gastos com infraestrutura, as normas da Companhia para tal contabilização e a natureza dos gastos passíveis de capitalização, avaliação com a área de engenharia das medições realizadas de acordo com o andamento das obras, confronto com os contratos de prestações de serviços e ou notas fiscais suportes, recálculo de juros e encargos capitalizados e inspeção física em base amostral das obras realizadas. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações realizadas pela Companhia a respeito desse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam, as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 28 de março de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Adilvo França Junior
Contador CRC-1BA021419/O-4-T-SP

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Balanco patrimonial
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	1.680	39.512
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	600	27.842
Contas a receber (Nota 6)	16.715	18.342
Despesas antecipadas	1.645	1.569
Impostos a recuperar (Nota 7)	9.433	273
Outros ativos	906	1.362
	<u>30.979</u>	<u>88.900</u>
Não circulante		
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	234.281	182.058
Impostos a recuperar (Nota 7)	16.075	18.841
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8.a)	119.235	98.630
Despesas antecipadas	263	400
Depósitos judiciais (Nota 12)	23.170	876
Outros ativos	4.200	-
Imobilizado (Nota 9)	11.059	11.265
Intangível (Nota 10)	1.153.969	1.110.845
	<u>1.562.252</u>	<u>1.422.915</u>
Total do ativo	<u>1.593.231</u>	<u>1.511.815</u>

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Passivo		
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços	24.879	32.551
Debêntures (Nota 13)	14.076	4.324
Credor pela concessão	719	287
Obrigações tributárias	2.921	2.647
Obrigações trabalhistas	3.296	3.548
Provisões (Nota 12)	1.787	1.500
Outros passivos	427	229
	48.105	45.086
Não circulante		
Provisões (Nota 12)	93.285	79.293
Debêntures (Nota 13)	1.298.401	1.217.714
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 11.b)	89.220	74.348
Outros passivos	2.013	2.263
	1.482.919	1.373.618
Total do passivo	1.531.024	1.418.704
Patrimônio líquido (Nota 14)		
Capital social	303.578	303.578
Prejuízos acumulados	(241.371)	(210.467)
Total do patrimônio líquido	62.207	93.111
Total do passivo e patrimônio líquido	1.593.231	1.511.815

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto prejuízo básico e diluído por ação)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receita operacional líquida (Nota 15)	237.589	253.886
Custos dos serviços prestados (Nota 16)	(124.264)	(189.927)
Lucro bruto	113.325	63.959
Despesas e receitas operacionais:		
Gerais e administrativas (Nota 16)	(10.955)	(15.702)
Outras receitas operacionais, líquidas	20.613	24
	9.658	(15.678)
Lucro antes das despesas e receitas financeiras	122.983	48.281
Despesas financeiras (Nota 17)	(214.163)	(239.330)
Receitas financeiras (Nota 17)	39.671	33.539
	(174.492)	(205.791)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(51.509)	(157.510)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8.b)	20.605	52.423
Prejuízo do exercício	(30.904)	(105.087)
Prejuízo básico e diluído por ação - em R\$ (Nota 19)	(0,001018)	(0,0038001)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2016</u>	<u>32/12/2015</u>
Prejuízo do exercício	(30.904)	(105.087)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(30.904)</u>	<u>(105.087)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Capital social subscrito	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	248.578	(105.380)	143.198
Integralização de capital	55.000	-	55.000
Prejuízo do exercício	-	(105.087)	(105.087)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	303.578	(210.467)	93.111
Prejuízo do exercício	-	(30.904)	(30.904)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	303.578	(241.371)	62.207

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	31/12/2016	31/12/2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(30.904)	(105.087)
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	(20.605)	(52.423)
Depreciação e amortização (Nota 16)	14.474	23.236
Varição monetária e reversão do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos e manutenção em rodovias (Nota 12)	9.454	8.873
Juros e variações monetárias sobre notas promissórias e empréstimos (Nota 17)	196.407	225.951
Rendimento de aplicações financeiras	(29.686)	(28.270)
Perda na baixa de ativo imobilizado (Nota 9)	144	-
Juros sobre mútuos com partes relacionadas (Nota 17)	14.872	12.119
Provisão contingências cíveis (Nota 16)	1.085	2.415
Provisão para manutenção em rodovias (Nota 12c)	3.740	21.149
	158.981	107.963
Varição nas contas de ativo		
Contas a receber	1.627	(124)
Despesas antecipadas	61	(23)
Tributos a recuperar	(6.394)	(5.490)
Depósitos judiciais	(22.294)	-
Outros ativos	(3.744)	(1.450)
Varição nas contas de passivo		
Fornecedores e prestadores de serviços	(7.672)	(2.184)
Credor pela concessão - ônus variável	432	20
Obrigações tributárias	274	736
Obrigações trabalhistas	(252)	(875)
Outros passivos	(52)	(205)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	120.967	98.368
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(14.552)	(2.647)
Resgate de aplicações financeiras	19.257	57.903
Investimentos no ativo imobilizado (Nota 9)	(1.697)	(2.311)
Investimentos no ativo intangível (Nota 10)	(55.839)	(67.622)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(52.831)	(14.677)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	-	55.000
Pagamento de juros sobre financiamentos e debêntures	(105.968)	(111.145)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(105.968)	(56.145)
Acréscimo (decréscimo) líquido do caixa e equivalente de caixa	(37.832)	27.546
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	39.512	11.966
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.680	39.512

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	31/12/2016	31/12/2015
Receitas (Nota 15)		
Receitas de pedágio	207.770	204.413
Receita dos serviços de construção	43.281	62.239
Receitas acessórias	7.398	6.646
	258.449	273.298
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços de construção (Nota 16)	(43.281)	(62.239)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(32.267)	(95.869)
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente (Nota 17)	(806)	(433)
Custo da concessão - ônus variável (Nota 16)	(3.550)	(3.269)
Valor adicionado bruto	178.545	111.488
Depreciação e amortização (Nota 16)	(14.474)	(23.236)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	164.071	88.252
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras (Nota 17)	39.671	33.539
	39.671	33.539
Valor adicionado total a distribuir	203.742	121.791
Pessoal		
Salários e remunerações		
Benefícios	(15.744)	(16.141)
	(4.127)	(3.706)
Impostos, taxas e contribuições		
Federais (incluindo IOF)	9.995	43.330
Municipais	(10.572)	(10.326)
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros sobre mútuos com partes relacionadas (Nota 17)	(14.872)	(12.119)
Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures (Nota 17)	(196.008)	(225.951)
Juros sobre demais operações financeiras	(1.534)	-
Aluguéis	(1.784)	(1.965)
Prejuízo do exercício	30.904	105.087
Total do valor distribuído	(203.742)	(121.791)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (“CRT”, “Concessionária” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital aberto, com sede na Rodovia do Açúcar (SP 308), KM 108 + 600 metros, cidade de Salto, SP e iniciou suas operações em 23 de abril de 2009, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP (“ARTESP” ou “Poder Concedente”). A Companhia tem suas ações negociadas na BM&F BOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

A Companhia tem como objetivo realizar, sob o regime de concessão (por prazo certo) até 23 de abril de 2039, a exploração do Corredor Marechal Rondon Leste, sendo responsável pela administração de 415 km compreendendo: (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação; (ii) o apoio aos serviços de competência do Poder Público; e (iii) o controle de serviços não essenciais prestados por terceiros, nos termos do Contrato de Concessão.

Os principais compromissos assumidos no Contrato de Concessão Rodoviária, os quais se encontram em fase de projeto ou de execução, são:

- Duplicações: duplicação de trechos das rodovias sob responsabilidade da Companhia, SP-101, SP-300 e SP-308, totalizando 88,4 km; e
- Dispositivos de entroncamento: melhorias dos dispositivos existentes e implantação de novos dispositivos, em toda a malha rodoviária sob responsabilidades da Companhia, compreendendo as vias SP-101, SP-113, SP-209, SP-300 e SP-308, totalizando 120 km.

Em 31 de dezembro de 2016, o valor presente dos investimentos programados para liquidar os compromissos assumidos pela Companhia, até o final do contrato de concessão, era de R\$901 milhões (R\$2.345 milhões a valor nominal naquela data) e em 31 de dezembro de 2015 era de R\$934 milhões (R\$2.401 milhões a valor nominal naquela data), concentrado na implantação de dispositivos de entroncamento, obras de duplicação, pavimentação, conservação e sinalização, contornos, sistemas de telecomunicações, supervisão e controle.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente, de forma gratuita e automática, todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferido à Companhia, ou por ela implantado no âmbito da concessão. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do IPC-A ocorrida até 31 de maio do mesmo ano.

Aprovação das demonstrações financeiras

A apresentação das demonstrações financeiras anuais foi aprovada e autorizada pelos Conselho Fiscal e Conselho de Administração da Companhia em 28 de março de 2017.

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras e afirmou que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos, como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A Companhia avaliou que os pronunciamentos e interpretações de CPC e/ou IFRS que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016 não causaram impactos significativos nas demonstrações financeiras apresentadas.

A seguir apresentamos o resumo das principais práticas contábeis, deixando em evidência as informações consideradas relevantes pela Administração.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis-- Continuação

2.1. Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados como: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado; (ii) empréstimos e recebíveis; (iii) investimentos mantidos até o vencimento; ou (iv) ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se toma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os principais ativos financeiros da Companhia incluem: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. Esses ativos financeiros são classificados como empréstimos e recebíveis e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável, quando aplicável.

ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, outros passivos financeiros, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Os principais passivos financeiros da Companhia incluem: fornecedores e prestadores de serviços, notas promissórias a pagar, credor pela concessão, mútuos a pagar, e debêntures. Esses passivos classificados como outros passivos financeiros e são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento.

2.2. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os itens sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Ajuste a valor presente de ativos e passivos--Continuação

- Provisão para investimentos em rodovias: decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão, cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível; e
- Provisão para manutenção em rodovias: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos nominais e os respectivos saldos a valor presente estão demonstrados abaixo:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Passivo não circulante		
Provisão para manutenção a valor nominal	99.536	93.829
Provisão para manutenção a valor presente (i)	(85.097)	(72.190)
Ajuste a valor presente	<u>14.439</u>	<u>21.639</u>

(i) A mensuração do valor presente é calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto de IPCA + 8% a.a. em 31 de dezembro de 2016 (8% a.a. em 31 de dezembro de 2015) que refletem a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais.

A recomposição dos saldos aos seus valores reais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira na demonstração do resultado.

2.3. Perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Por se tratar de uma única concessão, a Companhia não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não foram apuradas perdas por redução ao valor recuperável.

2.4. Segmento de negócios

A Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de divulgação, que consiste na exploração de concessão pública de rodovia.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.5. Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2016

Listamos, a seguir, os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende adotar tais normas quando estas entrarem em vigor.

Norma	Principais pontos introduzidos pela Norma	Impactos da adoção
CPC 38 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros	<p>A IFRS 9 tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de <i>hedge</i>. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data.</p> <p>Exceto para contabilidade de <i>hedge</i>, é exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas.</p>	<p>A Companhia está avaliando as alterações introduzidas pela norma e não espera impactos significativos. A Companhia atualmente não utiliza contabilidade de <i>hedge</i>.</p>
CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contratos com Clientes	<p>A IFRS 15 estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.</p> <p>A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.</p>	<p>A Companhia, apesar de não ter concluído as análises referente a esta interpretação, não espera ter efeitos materiais sobre as demonstrações financeiras. Nossa avaliação preliminar referente aos impactos sobre a mensuração e época para o reconhecimento de receita de contratos com nossos clientes não indica mudanças significativas, visto que as obrigações de performance são claras e a transferência do controle dos bens e serviços não são complexas.</p>

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.5. Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2016 - Continuação

Norma	Principais pontos introduzidos pela Norma	Impactos da adoção
IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil	<p>A IFRS 16, emitida em janeiro de 2016, estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17.</p> <p>Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso).</p> <p>A IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.</p> <p>A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019.</p>	<p>A Companhia está avaliando as alterações introduzidas pela norma e não espera impactos significativos. A Companhia atualmente não utiliza contabilidade de <i>arrendamento mercantil</i>.</p>
IAS 7 - Iniciativa de divulgação – Alterações à IAS 7	<p>As alterações à IAS 7 Demonstração de fluxos de caixa fazem parte da iniciativa de divulgação do IASB e exigem que uma entidade forneça divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo tanto as mudanças provenientes de fluxos de caixa como mudanças que não afetam o caixa.</p> <p>Na adoção inicial da alteração, as entidades não são obrigadas a fornecer informações comparativas relativamente a períodos anteriores.</p> <p>As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2017.</p>	<p>A Companhia está avaliando as alterações introduzidas pela norma e não espera impactos significativos</p>

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.5. Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2016 - Continuação

Norma	Principais pontos introduzidos pela Norma	Impactos da adoção
IAS 12 Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas – Alterações à IAS 12	<p>As alterações esclarecem que uma entidade deve considerar se a legislação fiscal restringe as fontes de lucros tributáveis contra as quais ela poderá fazer deduções sobre a reversão dessa diferença temporária dedutível.</p> <p>Além disso, as alterações fornecem orientações sobre a forma como uma entidade deve determinar lucros tributáveis futuros e explicam as circunstâncias em que o lucro tributável pode incluir a recuperação de alguns ativos por valores maiores do que seu valor contábil.</p> <p>Essas alterações devem ser aplicadas retrospectivamente. Contudo, na adoção inicial das alterações, a mudança no patrimônio líquido inicial do período comparativo mais antigo pode ser reconhecida nos lucros acumulados iniciais (ou em outro componente do patrimônio líquido, conforme o caso), sem alocação da mudança entre os lucros acumulados iniciais e outros componentes do patrimônio líquido. As entidades que adotarem essa isenção devem divulgar tal fato.</p> <p>As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2017.</p>	<p>A Companhia, apesar de não ter concluído as análises referente a esta norma, não espera ter efeitos materiais sobre as demonstrações financeiras</p>

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e, mais do que isso, necessita que haja um exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas estão apresentadas a seguir:

a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para mensurar a perda. As análises são feitas individualmente para cada concessionária e são calculados os montantes recuperáveis dos ativos com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Caso o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não foram apuradas perdas por redução ao valor recuperável.

b) Impostos

Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

c) Provisão para demandas judiciais

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

d) Contabilização do Contrato de Concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no Contrato de Concessão.

e) Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão segregando, principalmente, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

- (a) *Investimentos que geram potencial de receita adicional* - são reconhecidos somente quando da prestação de serviço de construção relacionado à ampliação/melhoria da infraestrutura.
- (b) *Investimentos que não geram potencial de receita adicional* - são estimados considerando a totalidade do Contrato de Concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição.

f) Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do Contrato de Concessão limitado ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda, sendo a taxa de amortização, determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

g) Determinação das receitas de construção

Quando a Companhia contrata serviços de construção, deve reconhecer a receita de construção realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, nesses casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e acompanhamento das obras.

h) Provisão para manutenção em rodovias

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data do balanço, em contrapartida à despesa do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura em um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Disponibilidades		
Aplicações financeiras	260	222
Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) (i)	1.420	39.290
	1.680	39.512

(i) Referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB), com possibilidade de resgate imediato sem mudança significativa de valor, remunerados com base em percentuais diários da variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs) divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP).

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

5. Aplicações financeiras vinculadas

Compreendem aplicações com pagamentos fixos ou determináveis e datas de vencimento fixas e que a Companhia tenha a intenção e habilidade de manter até o vencimento são classificados nessa categoria.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Circulante	600	27.842
Não circulante	234.281	182.058
	<u>234.881</u>	<u>209.900</u>

A Companhia mantém essas aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) vinculadas, para cumprir obrigações contratuais referentes às debêntures (nota 13). Essas aplicações são remuneradas a 103% do CDI.

6. Contas a receber

As contas a receber referem-se aos serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio. São registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultar em efeito relevante nas demonstrações financeiras. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão para cobrir prováveis perdas na sua realização

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Pedágio eletrônico a receber	9.947	12.299
Cartões de pedágio a receber	686	639
Receitas acessórias	5.429	4.934
Valores em trânsito	653	470
	<u>16.715</u>	<u>18.342</u>

A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com esses recebíveis em 31 de dezembro de 2016. Os valores a receber vencem em até 45 dias e não há créditos em atraso.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

7. Impostos a recuperar

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	25.286	18.841
PIS e COFINS a recuperar	-	45
ISSQN a recuperar	8	64
Outros impostos a recuperar	214	164
	25.508	19.114
	<hr/>	<hr/>
Circulante	9.433	273
Não circulante	16.075	18.841
	25.508	19.114
	<hr/>	<hr/>

8. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante do imposto são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável futuro seja suficiente para deduzir todas as diferenças temporárias e prejuízos fiscais.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto esperada na realização dos respectivos impostos diferidos ativos ou na liquidação dos impostos diferidos passivos. A despesa com impostos diferidos é reconhecida no resultado do período, exceto quando se referir a bases cujos efeitos são contabilizados diretamente no patrimônio líquido; nesse caso, a despesa é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

8. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

a) *Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos*

O imposto de renda e a contribuição social diferido estão compostos conforme segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	118.224	101.549
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	333	1.392
Provisão para participação nos lucros	-	458
Provisão para manutenção de rodovias	28.933	24.545
Provisão para investimentos em rodovias	1.631	1.533
Diferenças sobre imobilizado e intangível, líquida	4.611	2.951
	<u>153.732</u>	<u>132.428</u>
Passivo:		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis:		
Amortização - curva de tráfego (i)	<u>(34.497)</u>	<u>(33.798)</u>
Líquido	<u>119.235</u>	<u>98.630</u>

(i) Refere-se aos tributos diferidos, acumulados até 2014, sobre a diferença apurada entre a amortização do intangível, calculada pela curva de tráfego, e a depreciação desses ativos, calculada pelas taxas permitidas pela legislação fiscal.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras devido à natureza de longo prazo limitada ao período da Concessão.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

8. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

a) *Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação*

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Em 31 de dezembro de 2016, o montante de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social a compensar é de R\$347.717 (R\$298.674 em 31 de dezembro de 2015). O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social não possuem prazo prescricional e a sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual. Baseada em estudo técnico, a Companhia estima recuperar a totalidade dos créditos fiscais diferidos registrados em 31 de dezembro de 2016 nos seguintes exercícios sociais:

	<u>31/12/2016</u>
2022	722
2023	2.824
2024	4.391
2025	9.899
2026	15.945
2027	20.078
2028	24.928
2029	28.438
2030	31.023
2031	15.484
	<u>153.732</u>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

8. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

b) *Imposto de renda e contribuição social no resultado*

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(51.509)	(157.510)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)	17.513	53.553
Ajuste para demonstração da taxa efetiva:		
Diferenças permanentes	3.092	(1.130)
Imposto de renda e contribuição social diferido no resultado	20.605	52.423
Alíquota efetiva	40%	33%

9. Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas a seguir, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

a) Composição

	Taxa anual de depreciação %	31/12/2016		31/12/2015	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	1.205	(406)	799	567
Equipamentos de informática	20	4.401	(3.374)	1.027	1.373
Equipamentos de telefonia	20	206	(198)	8	28
Terrenos	-	377	-	377	84
Edifícios	3,8	6.380	(1.020)	5.360	5.615
Automóveis/caminhões	5	2.350	(1.179)	1.171	1.563
Outros	10 a 20	3.469	(1.152)	2.317	2.035
		18.388	(7.329)	11.059	11.265

O ativo imobilizado registrado não está vinculado ao contrato de concessão.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

9. Imobilizado--Continuação

b) Movimentação

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2016			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Custo				
Móveis e utensílios	871	334	-	1.205
Equipamentos de informática	4.207	194	-	4.401
Equipamentos de telefonia	197	9	-	206
Terrenos	84	293	-	377
Edifícios	6.380	-	-	6.380
Automóveis/caminhões	2.221	383	(254)	2.350
Outros	2.985	484	-	3.469
	16.945	1.697	(254)	18.388
 Depreciação				
Móveis e utensílios	(304)	(102)	-	(406)
Equipamentos de informática	(2.834)	(540)	-	(3.374)
Equipamentos de telefonia comercial	(169)	(29)	-	(198)
Edifícios	(765)	(255)	-	(1.020)
Automóveis/caminhões	(658)	(631)	110	(1.179)
Outros	(950)	(202)	-	(1.152)
	(5.680)	(1.759)	110	(7.329)
Líquido	11.265	(62)	(144)	11.059
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2015			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Custo				
Móveis e utensílios	726	145	-	871
Equipamentos de informática	3.483	724	-	4.207
Equipamentos de telefonia	197	-	-	197
Terrenos	84	-	-	84
Edifícios	6.380	-	-	6.380
Automóveis/caminhões	1.878	343	-	2.221
Outros	1.886	1.099	-	2.985
	14.634	2.311	-	16.945
 Depreciação				
Móveis e utensílios	(227)	(77)	-	(304)
Equipamentos de informática	(2.293)	(541)	-	(2.834)
Equipamentos de telefonia	(131)	(38)	-	(169)
Edifícios	(510)	(255)	-	(765)
Automóveis/caminhões	(238)	(420)	-	(658)
Outros	(620)	(330)	-	(950)
	(4.019)	(1.661)	-	(5.680)
Líquido	10.615	650	-	11.265

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

10. Intangível

Como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias relacionadas ao contrato de concessão de serviços, a Companhia recebeu o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os encargos de empréstimos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros no ativo.

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

a) Composição

		31/12/2016		31/12/2015	
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Direito de outorga da concessão	(i)	542.244	(68.896)	473.348	478.578
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão	(ii)	158.429	(16.111)	142.318	131.767
Serviços de construção - obras concluídas	(iii)	532.287	(20.989)	511.298	380.607
Serviços de construção - em andamento	(iii)	16.437	-	16.437	109.413
Outros	(iv)	7.839	(884)	6.955	6.623
Direito de uso de software		6.585	(2.972)	3.613	3.857
		1.263.821	(109.852)	1.153.969	1.110.845

(i) Refere-se ao valor pago para a exploração do sistema rodoviário, calculado a valor presente.

(ii) Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente, calculados a valor presente e acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos. Originalmente, a Companhia reconheceu esse ativo intangível em contrapartida da rubrica "Provisão para investimentos em rodovias".

(iii) Refere-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. A Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir na medida em que os serviços de construção são prestados. A principal obra concluída em 2016 foi o Contorno de Piracicaba.

(iv) Refere-se aos investimentos programados, até o final da concessão, que não geram receitas adicionais. Originalmente, a Companhia reconheceu esses investimentos, a valor presente, acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos, em contrapartida da rubrica "Provisão para investimentos em rodovias".

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

10. Intangível--Continuação

b) Movimentação

	Taxa anual de amortização	Exercício findo em 31 de dezembro de 2016			
		Saldo inicial	Adições	Transferências	Saldo final
Custo					
Direito de outorga da concessão		542.244	-	-	542.244
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão		147.170	8.130	3.129	158.429
Serviços de construção - obras concluídas		399.827	30.406	102.054	532.287
Serviços de construção - em andamento		105.598	16.022	(105.183)	16.437
Outros		7.434	405	-	7.839
Direito de uso de software		5.709	876	-	6.585
		<u>1.207.982</u>	<u>55.839</u>	<u>-</u>	<u>1.263.821</u>
Amortização					
Direito de outorga da concessão	(*)	(63.666)	(5.230)	-	(68.896)
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão	(*)	(14.630)	(1.481)	-	(16.111)
Serviços de construção - obras concluídas	(*)	(16.178)	(4.811)	-	(20.989)
Outros	(*)	(811)	(73)	-	(884)
Direito de uso de software	20%	(1.852)	(1.120)	-	(2.972)
		<u>(97.137)</u>	<u>(12.715)</u>	<u>-</u>	<u>(109.852)</u>
Líquido		<u>1.110.845</u>	<u>43.124</u>	<u>-</u>	<u>1.153.969</u>

(*) Amortização efetuada pela curva de benefício econômico (curva de tráfego) esperado ao longo do prazo da concessão, a qual foi considerada a taxa média ponderada de 1,92% em 2016 (2,41% em 2015).

	Taxa anual de amortização	Exercício findo em 31 de dezembro de 2015			
		Saldo inicial	Adições	Transferências	Saldo final
Custo					
Direito de outorga da concessão		542.244	-	-	542.244
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão		140.403	2.856	3.911	147.170
Serviços de construção - obras concluídas		224.569	25.058	150.200	399.827
Serviços de construção - em andamento		222.702	37.077	(154.111)	105.598
Outros		7.434	-	-	7.434
Direito de uso de software		3.008	2.701	-	5.709
		<u>1.140.360</u>	<u>67.622</u>	<u>-</u>	<u>1.207.982</u>
Amortização					
Direito de outorga da concessão	(*)	(51.994)	(11.672)	-	(63.666)
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão	(*)	(11.525)	(3.105)	-	(14.630)
Serviços de construção - obras concluídas	(*)	(10.362)	(5.816)	-	(16.178)
Outros	(*)	(649)	(162)	-	(811)
Direito de uso de software	20%	(1.032)	(820)	-	(1.852)
		<u>(75.562)</u>	<u>(21.575)</u>	<u>-</u>	<u>(97.137)</u>
Líquido		<u>1.064.798</u>	<u>46.047</u>	<u>-</u>	<u>1.110.845</u>

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

10. Intangível--Continuação

b) Movimentação--Continuação

A amortização dos ativos intangíveis é calculada de acordo com a curva de benefício econômico (curva de tráfego) esperado ao longo do prazo da concessão, exceto pelo direito de uso de software, calculado pela vida útil.

c) Custo de empréstimos e financiamentos capitalizados

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia capitalizou custos de empréstimo diretamente relacionados com a construção das obras em infraestrutura no montante de R\$349 (R\$1.465 em 31 de dezembro de 2015). A taxa média utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo elegíveis de capitalização, em 31 de dezembro de 2016, foi de 1,58% a.a., (2,47% a.a. em 31 de dezembro de 2015) que representa a taxa efetiva de juros das debêntures no exercício, líquida da receita financeira auferida pelo investimento temporário desses recursos.

11. Partes relacionadas

a) Remuneração da Administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o total de remuneração dos administradores foi como segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Remuneração fixa (1)	1.199	1.252
Remuneração variável (2)	-	699
	<u>1.199</u>	<u>1.951</u>

(1) Incluem salários e honorários da Administração, férias e 13º salário.

(2) Referem-se à participação nos resultados, mencionada na nota 18.

Além da remuneração fixa e variável, aos administradores são concedidos os mesmos benefícios adicionais dos empregados, mencionados na nota 18.

Na Assembléia Geral Ordinária (AGO) realizada em 29 de abril de 2016, foi fixada a remuneração anual dos membros do Conselho de Administração e diretoria da Companhia de até o valor de R\$ 1.500. A remuneração anual inclui salários, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

b) Mútuos a pagar

	Taxa de juros	Vencimento	Mútuos a pagar	
			<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
AB Concessões.	0,5% a.m. + CDI	Indeterminado	80.876	67.394
Ascendi International Holding B.V.	0,5% a.m. + CDI	Indeterminado	8.344	6.954
			<u>89.220</u>	<u>74.348</u>

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

11. Partes relacionadas--Continuação

b) Mútuos a pagar--Continuação

Os contratos possuem vencimento indeterminado, podendo ser prorrogados ou convertidos em capital social, desde que previamente aprovados pelos acionistas e pelos credores. São remunerados com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs), divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP), acrescida de 0,5% ao mês. De acordo com os contratos de mútuo, o pagamento desses mútuos só poderá ser efetuado após a quitação dos financiamentos bancários e das debêntures.

12. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Provisão para demandas judiciais	5.178	4.093
Provisão para investimentos em rodovias	4.797	4.510
Provisão para manutenção em rodovias	85.097	72.190
	95.072	80.793
Parcela classificada no passivo circulante	(1.787)	(1.500)
Não circulante	93.285	79.293

a) Provisão para demandas judiciais

As contingências trabalhistas em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$267 (R\$267 em 31 de dezembro de 2015) referem-se a reclamações trabalhistas em que é requerido o pagamento de verbas trabalhistas supostamente devidas e não pagas, tais como verbas rescisórias, horas extras, adicionais, danos morais, equiparação salarial e diferenças salariais.

As contingências cíveis em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$4.911 (R\$3.826 em 31 de dezembro de 2015) referem-se, substancialmente, a ações de natureza indenizatória em razão de acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias que a Companhia opera.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

12. Provisões--Continuação

a) Provisão para demandas judiciais--Continuação

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui o equivalente a R\$11.134 (R\$5.482 em 31 de dezembro de 2015) de causas trabalhistas, R\$31.414 (R\$29.609 em 31 de dezembro de 2015) de causas cíveis, e R\$67.555 (R\$49.736 em 31 de dezembro de 2015) de processos administrativos com a ARTESP referente a manutenção da rodovia, o qual a Companhia está discutindo em esfera administrativa, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2016, os depósitos judiciais da Companhia no montante de R\$23.170 (R\$876 em 31 de dezembro de 2015) são compostos por R\$16.239 em depósitos relacionados a discussões trabalhistas de uma empresa de Nanuque - Minas Gerais do setor de plantio/coleta de cana e álcool. Os valores foram retidos judicialmente com base no entendimento de que todas as empresas réis envolvidas no processo (inclusive a CRT) fazem parte daquele grupo econômico. A Concessionária refuta por completo tal entendimento e está tomando as medidas cabíveis para a liberação dos valores, e não espera perdas associadas a esse bloqueio.

Do valor restante, R\$427 estão relacionados a discussões cíveis (R\$738 em 31 de dezembro de 2016), R\$1.922 relacionados a discussões tributárias (R\$0 em 31 de dezembro de 2015) e R\$4.280 relacionados a processos com a ARTESP (R\$0 em 31 de dezembro de 2015).

b) Provisão para investimentos em rodovias

Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente e outros investimentos que não geram receitas adicionais. O passivo, a valor presente, foi constituído pela melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do ativo intangível.

A movimentação da provisão para investimentos em rodovias no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi como segue:

	Saldo inicial	Atualização monetária	Saldo final
Provisão para investimentos	4.510	287	4.797
	4.510	287	4.797

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

12. Provisões--Continuação

b) Provisão para investimentos em rodovias --Continuação

O cronograma dos investimentos previstos, por ano de execução, é demonstrado como segue:

<u>Ano de execução</u>	<u>31/12/2016</u>
2017	1.787
2018	3.010
	4.797

c) Provisão para manutenção em rodovias

	<u>Exercício findo em 31 de dezembro de 2016</u>				<u>Saldo final</u>
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Atualização Monetária</u>	
Provisão para manutenção	93.829	27.003	(26.439)	5.143	99.536
Ajuste a valor presente (AVP)	(21.639)	(4.711)	7.887	4.024	(14.439)
Saldo	<u>72.190</u>	22.292	(18.552)	9.167	85.097

A mensuração do ajuste a valor presente da provisão para manutenção foi calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto que reflete a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi utilizada a taxa de IPCA + 8%.

No exercício de 2016 a Companhia revisou as estimativas de provisões com base na sua melhor estimativa de gastos futuros para as provisões constituídas de recapeamento, sinalizações e controle de tráfego, arrecadação e telecomunicações. As premissas utilizadas pela Companhia em sua revisão foram com base nas exigências do contrato de concessão e histórico de manutenção e investimentos realizados durante o período da concessão. A estimativa atualizada considerou os investimentos para a melhoria dos sistemas de controle de tráfego, arrecadação e telecomunicações realizados de 2014 a 2016, e as manutenções realizadas periodicamente, o que levou a uma reversão líquida de R\$18.552 no montante da provisão.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

12. Provisões--Continuação

c) Provisão para manutenção em rodovias--Continuação

Os gastos programados em manutenções incluem recapeamentos de rodovias (a cada cinco anos) e sinalização de rodovias (a cada oito anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

<u>Ano de execução</u>	<u>31/12/2016</u>
2017	28.090
2018	34.829
2019	17.653
2020	3.721
2021	483
2022	-
2023	220
2024	101
	85.097

13. Debêntures

a) Descrição da operação

<u>Debêntures não conversíveis</u>	<u>Valor principal</u>	<u>Data de emissão</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Títulos em circulação</u>	<u>Prêmio</u>	<u>Encargos financeiros</u>
1ª emissão	1.065.000	15/06/2013	15/06/2028	1.065.000	6.202	IPCA + 8% a.a.

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Principal corrigido pelo IPCA	1.370.422	1.284.951
Remuneração (juros a pagar)	5.032	4.324
Custo com emissão a apropriar	(62.977)	(67.237)
	1.312.477	1.222.038
Circulante	(14.076)	(4.324)
Não circulante	1.298.401	1.217.714

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

13. Debêntures--Continuação

a) Descrição da operação--Continuação

As debêntures foram emitidas pela Companhia sob o regime de garantia firme de colocação, não são conversíveis em ações, e são da espécie quirografária com garantia real, em série única, nominativas e escriturais. Estão previstas amortizações semestrais do valor nominal a partir de 15 de dezembro de 2017. O cronograma para amortização das debêntures é demonstrado como segue:

<u>Ano</u>	<u>% Amortização</u>	<u>Valor</u>
2017	1%	9.045
2018	4%	48.102
2019	5%	74.003
2020	6%	87.844
2021	7%	96.615
2022	8%	115.938
2023	11%	144.442
2024	11%	156.776
2025	13%	175.140
2026	14%	185.692
2027	14%	187.885
2028	6%	88.940
	100%	1.370.422

b) Cláusulas restritivas e garantias

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia e cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures contêm cláusulas restritivas, as quais são acompanhadas pela administração e não apresentam desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas pela Companhia.

Em 17 de dezembro de 2015 foi realizada uma Assembleia Geral de Debenturistas (AGD), a qual dispensou a Companhia do cumprimento do índice financeiro de relação Dívida Financeira e Capital Total em até 85/15 para 31 de dezembro de 2015, e alterou os índices financeiros referentes à relação Dívida Financeira e Capital Total e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) para 30 de junho e 31 de dezembro de 2016, para, respectivamente, relação Dívida Financeira e Capital Total em até 90/10 e o ICSD igual ou superior a 1. Em 31 de dezembro de 2016 os indicadores foram cumpridos pela Companhia.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social está representado por 30.357.847.596 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas como segue:

<u>Acionistas</u>	<u>Participação acionária</u>	<u>Quantidade de ações</u>
Atlantia Bertin Concessões S.A.	50%	15.178.923.798
Ascendi International Holding B.V.	50%	15.178.923.798
		<u>30.357.847.596</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital autorizado da Companhia era de R\$303.578.

O capital social será reajustado anualmente, quando necessário, pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à tarifa de pedágio, não podendo este ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

A Companhia não poderá proceder à redução de seu capital social ou adquirir as suas próprias ações durante o prazo de concessão.

b) Distribuição de lucros

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, após os ajustes necessários consoantes as prescrições legais do Brasil.

A Companhia não possui previsão estatutária de reserva de lucros, além da reserva legal. No entanto, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em AGO poderão deliberar a retenção de parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

15. Receita operacional líquida

A receita é apurada em conformidade com o regime contábil de competência de exercício, sendo mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo abatimentos e impostos ou encargos sobre os serviços prestados.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver o reconhecimento de receita:

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

Essas receitas variam de acordo com os investimentos efetuados pela Companhia para cumprir com os compromissos assumidos pela concessão. A margem de construção praticada pela Companhia é zero.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objetos das concessões pelos usuários.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e (iii) quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

15. Receita operacional líquida--Continuação

Impostos sobre vendas--Continuação

Impostos incidentes sobre os serviços prestados consistem de Imposto sobre Serviços (ISS) (de 2% a 5%), Programa de Integração Social (PIS) (0,65%) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (3%).

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receita com arrecadação de pedágio	207.770	204.413
Receita de serviços de construção	43.281	62.239
Receitas acessórias	7.398	6.646
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	(20.860)	(19.412)
	<u>237.589</u>	<u>253.886</u>

O valor de outras receitas operacionais em R\$ 20.613 trata-se de indenização de sinistro de seguro por perda de arrecadação nas praças de pedágio devido a interdição da SP300 no trecho de Botucatu e Anhembi após o deslizamento da serra e bloqueio da rodovia em janeiro de 2016 e indenização de sinistro de seguro da queda da ponte do contorno de Piracicaba em 2013. Os valores foram recebidos em 2016.

16. Custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Com pessoal	18.672	17.896
Serviços de terceiros	5.519	8.969
Depreciação e amortização	14.474	23.236
Ônus variável da concessão	3.539	3.269
Custo de serviços de manutenção e conservação	28.377	48.953
Custo dos serviços de construção	43.281	62.239
Serviços de manutenção em rodovias (Nota 12.c)	12.907	29.589
Provisão para demandas judiciais	1.085	2.415
Seguros e garantias	2.563	2.505
Honorários da Administração (Nota 11.a)	1.199	1.951
Outros	3.603	4.607
	<u>135.219</u>	<u>205.629</u>
Classificados como:		
Custos dos serviços prestados	124.264	189.927
Despesas gerais e administrativas	10.955	15.702
	<u>135.219</u>	<u>205.629</u>

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

17. Despesas e receitas financeiras

As receitas e despesas financeiras são representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, de empréstimos e financiamentos e reversão de ajustes a valor presente, que são reconhecidos no resultado do período pelo regime de competência.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias sobre financiamentos ou debêntures	(196.407)	(225.951)
Juros sobre mútuos com partes relacionadas (Nota 11.b)	(14.872)	(12.119)
Outras	(2.884)	(1.260)
	(214.163)	(239.330)
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	33.263	33.496
Atualização de impostos a recuperar	5.291	-
Outras	1.117	43
	39.671	33.539
Resultado financeiro	(174.492)	(205.791)

18. Benefícios a empregados

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais dos empregados e administradores estão demonstradas a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Salários e encargos sociais	15.744	16.141
Benefícios previstos em lei	2.317	2.191
Benefícios adicionais (a)	1.810	1.515
	19.871	19.847

(a) Refere-se à assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

19. Resultado por ação

A tabela abaixo apresenta os cálculos dos resultados básico e diluído por ação (em milhares, exceto valores por ação):

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Numerador:		
Prejuízo do exercício	(30.904)	(105.087)
Denominador:		
Média ponderada do número de ações	<u>30.357.847.596</u>	<u>27.653.177.266</u>
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	(0,001018)	(0,0038001)

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

20. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Alta Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam somente o risco de taxa de juros.

Risco de taxa de juros

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às aplicações financeiras, às debêntures e aos mútuos a pagar a partes relacionadas, sujeitos a taxas de juros variáveis.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros em 31 de dezembro de 2016, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

20. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

a) Risco de mercado--Continuação

Risco de taxa de juros--Continuação

A Administração da Companhia considerou as seguintes premissas:

- CDI - taxa de 14,00% ao ano, observada no fechamento de 31 de dezembro de 2016, divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP), que no entender da Administração seriam estáveis no próximo ano.
- IPCA - variação de 6,29% nos próximos 12 meses, observada no fechamento de 31 de dezembro de 2016, divulgada pela BM&FBovespa.

		Efeito no resultado antes dos impostos (1)		
		Cenário I estável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Passivo financeiro	Risco			
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	12.491	15.614	18.736
Debêntures	Aumento do IPCA	187.553	208.192	228.830
		Efeito no patrimônio líquido (1)		
		Cenário I estável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Passivo financeiro	Risco			
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	8.244	10.305	12.366
Debêntures	Aumento do IPCA	123.785	137.406	151.028
		Efeito no resultado antes dos impostos (1)		
		Cenário I estável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Ativo financeiro	Risco			
Aplicações financeiras vinculadas	Queda do CDI	32.883	24.663	16.442
		Efeito no patrimônio líquido (1)		
		Cenário I estável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Ativo financeiro	Risco			
Aplicações financeiras vinculadas	Queda do CDI	21.703	16.277	10.852

(1) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer/auferir para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

20. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito são representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas e contas a receber.

Contas a receber

O risco de crédito dos repassadores de recursos à Companhia (serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio) está sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Administração da Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos com base em critérios internos de classificação. A possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com esses repassadores de recursos é considerada mínima em função do curto prazo dos recebimentos e da qualidade dos respectivos créditos. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada mensalmente pela Administração. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2016 e 2015 está registrado na rubrica "Contas a receber", no balanço patrimonial.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política estabelecida pela Administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração e pode ser atualizado ao longo do ano, o que está sujeito à aprovação da Diretoria Financeira. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 2015 está registrado na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" e de "Aplicações financeiras vinculadas", no balanço patrimonial.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

20. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

A tabela abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2016 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 3 meses	De 4 a 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Fornecedores e prestadores de serviços	24.879	-	-	24.879
Debêntures	-	14.076	1.298.401	1.312.477
Credor pela concessão	719	-	-	719
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 11.b)	-	-	89.220	89.220
Total	25.598	14.076	1.387.621	1.427.295

d) Instrumentos financeiros por categoria

Os principais ativos e passivos financeiros, estão demonstrados a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Ativos financeiros		
Valor justo através do resultado		
Aplicações financeiras (inclui equivalentes de caixa)	236.301	249.190
Empréstimos e recebíveis:		
Caixa e equivalentes de caixa	260	222
Contas a receber de clientes	16.715	18.342
Passivos financeiros ao custo amortizado:		
Debêntures	1.312.477	1.222.038
Contas a pagar a fornecedores	24.879	32.551
Outras contas a pagar	2.440	2.492
Partes relacionadas - mútuo a pagar	89.220	74.348
Obrigações com o poder concedente	719	287

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

20. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

e) Gestão do capital social

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação adequada de capital, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

O capital social não pode ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

Abaixo está apresentada a estrutura de dívida líquida da Companhia:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Mútuos a pagar a partes relacionadas	89.220	74.348
Debêntures	1.312.477	1.222.038
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.680)	(39.512)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(234.881)	(209.900)
Dívida líquida	1.165.136	1.046.974
Patrimônio líquido	62.207	93.111
Patrimônio líquido e dívida líquida	1.227.343	1.140.085

21. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia aproxima-se do seu valor contábil a exceção das debêntures, cuja comparação do valor contábil e do valor justo está apresentado a seguir:

	<u>31 de dezembro de 2016</u>		<u>31 de dezembro de 2015</u>	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos financeiros				
Debêntures (Nota 13) (i)	1.375.452	1.308.655	1.289.275	1.254.297

(i) Saldo contábil não inclui os efeitos dos custos de emissão.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

21. Valor justo dos ativos e passivos financeiros - Continuação

- O valor justo das debêntures foi obtido utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado, divulgados pela AMBIMA.

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Exceto pelo saldo de disponibilidades (nível 1), os demais instrumentos financeiros da Companhia são classificados como nível 2.

22. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por companhias do mesmo ramo.

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações
Todos os riscos	Riscos operacionais	104.143
	Responsabilidade civil geral	31.527
	Riscos civil de diretores e administradores	20.000
Seguro garantia	Garantia de cumprimento das funções operacionais de conservação e de pagamento mensal (ônus variável)	91.913
	Garantia de cumprimento das funções de ampliação	141.400

(*) Vigente a partir do dia 1º de julho de 2016.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

23. Informações complementares dos fluxos de caixa

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Transações que não envolvem desembolsos de caixa		
Adições ao intangível com capitalização de juros	349	1.465

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.